

Apresentação

Introduction

João Carlos Furlani

No âmbito da escrita da História, é clara a relação entre o meio em que a disciplina se insere e os acontecimentos da sociedade. Da mesma forma, ocorrem debates que se referem à produção de conhecimento, à posição do historiador e à instituição na qual ele se encontra. Externa ou internamente, essas discussões, contudo, acontecem e atingem de forma diferenciada as várias áreas da disciplina histórica. Nesse cenário, a História Antiga e também a Antiguidade Tardia, por muitos motivos, se encontram em uma posição particular. Os especialistas nas civilizações antigas, por exemplo, precisam encarar uma série de dificuldades em relação ao próprio *métier* historiográfico e à escrita da História, que nem sempre ocorrem em outros campos das Humanidades, dada a própria natureza de seu material de estudo, o que de forma alguma a exclui dos debates teóricos. Ao contrário, são essas particularidades, como, por exemplo, o acesso à documentação escrita, os usos das fontes de cultura material, e a relação com a Epigrafia, a Numismática, a Linguística e a Arqueologia que fomentam os debates atuais.

Não é nosso interesse advogarmos em favor das disciplinas que se dedicam aos estudos do Mundo Antigo. Nem mesmo procurar fazer conexões – frequentemente forçadas – com discussões essencialmente teóricas. Pois, é bom lembrar, a própria ideia de uma “teoria da história” está intimamente relacionada ao surgimento das pretensões de cientificidade da disciplina (BARROS, 2012, p. 122). É claro, hoje, as discussões epistemológicas da História ocorrem de forma bem distinta daquelas protagonizadas pelos historicistas, positivistas ou metódicos do século XIX.

História como ciência, estudo cientificamente conduzido, inventário das diferenças, arte e filosofia, literatura, metahistória, independentemente do modo e da nomenclatura pela qual é definida, mesmo rejeitando o estatuto de cientificidade ou defendendo-o, as reflexões sobre a teoria da História ocorrem pelo simples fato de podermos nos indagar sobre as condições, os meios e os produtos relacionados ao conhecimento historiográfico (BLOCH, 1949; VEYNE, 1970; 1976; WHITE, 1973; KOSELLECK, 1979; REIS, 1996).

No século XVIII, Voltaire (2006, p. 272), por meio de um verbete escrito para a *Encyclopédie*, classificava a História como um gênero literário que buscava narrar os “fatos verdadeiros”, mas sem expressar-se em termos de “cientificidade”, embora

fale de um “método dos historiadores” e de uma “história útil” para a sociedade.¹ Por outro lado, Johann Martin Chladni (latinizado como Chladenius), em 1752, já expressava sua preocupação com a cientificidade histórica em sua obra *Allgemeine Geschichtswissenschaft*, publicada em português como *Princípios gerais da ciência histórica*. Isso para não falarmos da emergência das filosofias da história, como a de Kant (1986), e posteriormente, a de Hegel (2008). Mas será apenas com a afirmação de uma pretensão à cientificidade historiográfica e com a delimitação de uma nova especialização centrada na figura do historiador que se estabelecerão efetivamente as condições epistemológicas para que sejam trazidas para o centro da discussão historiográfica as questões teóricas e metodológicas (BARROS, 2012, p. 122).

Nos idos do século XIX, Johann Gustav Droysen já se notabilizava por suas reflexões sobre teoria e metodologia da História, além, é claro, de seus trabalhos acerca da Antiguidade grega. A teoria da História de Droysen (2009) pode ser definida pela síntese de basicamente três perspectivas epistemológicas, que até então não haviam sido interconectadas de forma sistemática: a teoria da historicidade do mundo humano, exposta pela filosofia da história de Hegel, por exemplo; a teoria do conhecimento histórico; e, por fim, a definição de um método historiográfico. A inter-relação teórico-metodológica constituída por Droysen, importa ressaltar, se insere num contexto específico, que é o da afirmação da História como disciplina acadêmica nas universidades germânicas. Droysen, portanto, buscava delimitar e fundamentar a especificidade do conhecimento histórico, diferenciando-o da Filosofia e das Ciências Naturais. Ao contrário da reflexão filosófica, a historiografia é, para Droysen, o resultado de uma cognição empírica e não especulativa. Por outro lado, essa orientação empírica diverge do padrão característico das chamadas ciências naturais, uma vez que promove o conhecimento do mundo empírico sem recorrer ao procedimento da remissão de fenômenos particulares a leis gerais (ASSIS, 2010, p. 8-9). As considerações droyseanas foram expostas em vários cursos acadêmicos, que passaram a ser denominados como *Grundriß der Historik*.

Mais que um manual, as discussões de Droysen (2009) e seus colegas do século XIX possibilitaram refletir sobre o processo de escrita da História e o conhecimento por ela produzido. Lugar especial entre os elementos que, hoje, podemos identificar nas produções historiográficas ocupam os conceitos. Não à toa uma parcela importante do trabalho de Reinhart Koselleck (1979) e de Paul Veyne (1976; 1988) é dedicada a este ponto.

¹ Para mais informações sobre as concepções de Voltaire acerca da História, cf. Marco Antônio Lopes (2001).

Abordar os conceitos na História e no decurso da história, para Koselleck (1979), implica questões particularmente importantes para a historiografia contemporânea, uma vez que conceitos existem na própria história, nas fontes, e também na disciplina História, cunhados a partir de reflexões teóricas. Os historiadores, portanto, lidam ao mesmo tempo com os conceitos ou expressões que uma época passada elaborou para refletir sobre si mesma (e também sobre outras épocas), e com conceitos e categorias decorrentes de sua própria atividade como produtores de conhecimento historiográfico.

O esforço de compreender o tempo em suas múltiplas facetas, históricas e historiográficas, foi de fato um *ostinato* na produção intelectual de Koselleck, fato este que fez com que o historiador alemão se preocupasse de forma abrangente com os conceitos, tão caros a nós. Os conceitos são, portanto, importantes fatores para a formalização do conhecimento científico e mesmo para a comunicação ordinária entre as pessoas, posto que podem ser compreendidos, de modo geral, como aquilo que se idealiza no pensamento, um modo de pensar sobre algo que incide em uma espécie de apreciação por meio de uma opinião tanto negativa quanto positiva (CAREY, 2009, p. 5-7). Os conceitos estão ainda estreitamente ligados à constituição dos pensamentos, o que os torna cruciais para os processos psicológicos de categorização, inferência, aprendizagem e formação da memória. Um conceito pode ser entendido também como uma representação mental, no qual uma noção abstrata contida no vocabulário de cada língua corresponde a um conjunto de características específicas, determinando e definindo o que é e o que não é. Contudo, os conceitos também são vistos como habilidades peculiares aos agentes cognitivos, além de serem classificados como objetos abstratos (MARGOLIS; LAURENCE, 2014).

Mas nem toda reflexão teórica permanece em seu âmbito abstrato. Várias discussões epistêmicas ocorrem também no âmbito da *praxis* historiográfica. Refletir sobre o tempo, o espaço e o que é História não se restringe apenas a um nível fenomenológico, mas alcança também a nossa própria escrita.

De forma mais prática, um outro aspecto que, de uma forma ou de outra, se relaciona diretamente com a produção historiográfica – incluindo as considerações teóricas – se refere aos métodos, ao campo metodológico e aos questionamentos sobre como fazer História. Não há resposta única para essa última indagação, nem mesmo satisfatória, se pensarmos nas contraditórias posições a respeito da natureza do conhecimento histórico e da definição da própria disciplina. Todavia, todos que escrevem História a escrevem de alguma forma, sob algum prisma. Logo, se a realidade social é constituída, pensada e variável em diferentes lugares e distintos momentos, como outrora defendia Roger Chartier (1990, p. 16), definir claramente os conceitos e as estratégias metodológicas

empregadas em uma dada pesquisa torna-se fundamental para o desenvolvimento da disciplina, uma vez que tal procedimento possui uma linguagem própria capaz de formular perguntas, respostas e hipóteses.

É, portanto, com base na preocupação latente sobre o modo pelo qual praticamos o nosso ofício que apresentamos o presente dossiê, intitulado *A escrita da História Antiga: conceitos, métodos e debates historiográficos*. Nossa pretensão é contribuir, mesmo que modestamente, com esse caloroso debate do qual viemos tratando, especialmente no âmbito da História Antiga e da Antiguidade Tardia. Nesse sentido, convidamos reconhecidos nomes da área, bem como novos pesquisadores, para compor esta edição. Importa ressaltar, também, a diversidade na formação dos autores, partindo da História e da Arqueologia, passando pelas Letras e pela Antropologia, o que caracteriza a interdisciplinaridade própria dos estudos sobre a Antiguidade.

O dossiê é constituído por uma entrevista com Pedro Paulo A. Funari, na qual o autor aborda questões relevantes sobre teorias, métodos e conceitos aplicados à História Antiga, e por um conjunto de artigos que se desdobram em reflexões metodológicas, conceituais e historiográficas. Inicialmente, Carolina Kesser Barcellos Dias, Camila Diogo de Souza e Fábio Vergara Cerqueira refletem sobre uma questão que assombra os historiadores: a utilização de recursos digitais e da cultura material, sobretudo na elaboração de bancos de dados para pesquisas em Arqueologia Clássica. Nessa esteira, Debora Casanova da Silva discute o uso de tecnologias para o mapeamento de redes sociais nos estudos da Antiguidade, tendo como caso exemplar o Festival das *Compitalia* e seus atores sociais na Roma augustana.

De forma mais conceitual, Fábio de Souza Lessa aborda o olhar antropológico sobre o corpo, valendo-se das representações atléticas na Grécia antiga como objeto de pesquisa. Já João Carlos Furlani problematiza o uso dos conceitos de cidade e espaço em História Antiga, apresentando João Crisóstomo e a cristianização de Constantinopla como estudo de caso.

Numa perspectiva ainda conceitual, mas também historiográfica, Sérgio Luiz Gusmão Gimenes Romero aborda Píndaro e o mito na *Olímpica I* sob a perspectiva do materialismo histórico. Um enfoque essencialmente historiográfico é proposto por Darío N. Sánchez Vendramini, que discute o entendimento da crise da alfabetização no Império Romano tardio. Por fim, Glaydson José da Silva contempla uma problemática que envolve os usos da memória e a escrita da História durante o *ventennio* fascista, em especial a imagem de Augusto e o *culto della romanità*.

Controvérsias, debates historiográficos, perspectivas conceituais e metodológicas relacionadas ao que muitos, erroneamente, consideram como ausentes no cenário da

História Antiga são abordados neste dossiê. Além disso, este número de *Romanitas* abrange os dilemas, as dificuldades e as possibilidades de pesquisa em Antiguidade que, ao fim e ao cabo, estão inseridas nos debates historiográficos contemporâneos.

Boa leitura!

Referências

- ASSIS, A. A. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010.
- BARROS, J. d'A. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1949.
- CAREY, S. *The origin of concepts*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1990.
- CHLADENIUS, J. M. *Princípios gerais da ciência histórica: exposição dos elementos básicos para uma nova visão sobre todos os tipos de saberes*. Campinas: Unicamp, 2013.
- CHLADNI, J. M. *Allgemeine Geschichtswissenschaft*. Leipzig: F. Landisches Erben, 1752.
- DROYSEN, J. G. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- KANT, I. *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979.
- LOPES, M. A. *Voltaire historiador: uma introdução ao pensamento histórico na época do iluminismo*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- MARGOLIS, E.; LAURENCE, S. Concepts. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: The Metaphysics Research Lab; Center for the Study of Language and Information; Stanford University, 2014.
- REIS, J. C. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- VEYNE, P. *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*. Paris: Seuil, 1970.
- VEYNE, P. *L'inventaire des différences*. Paris: Seuil, 1976.
- VEYNE, P. A história conceitual. In: NORA, P.; LE GOFF, J. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 64-88.
- VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- WHITE, H. *Metahistory: the historical imagination in 19th century Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.